

O neo-intervencionismo

Donald Stewart Jr. *

A crescente evidência dos efeitos negativos da intervenção do Estado na economia tem levado alguns políticos e alguns economistas, sabidamente intervencionistas, e que se auto-intitulam de progressistas, a condenarem, nas suas perorações ou nos seus textos, não a intervenção em si, a qual continuam a crer necessária e benéfica, mas, a forma como a mesma vem sendo feita. Procuram também advertir quanto aos inconvenientes do que eles mesmos denominam de neo-liberalismo.

Para analisar essa nova visão intervencionista, convém, em primeiro lugar, tentar definir o que deva ser entendido como intervenção: intervenção é uma norma ou uma medida seja de caráter restritivo, seja de incentivo, imposta pelo governo, que obriga as pessoas a empregarem os seus recursos de forma diferente da que fariam se não houvesse a intervenção. Obviamente se as pessoas empregassem seus recursos como o governo deseja não haveria necessidade de intervenção.

Imaginam os intervencionistas que, se os indivíduos forem deixados livres para usarem os seus recursos, não o farão da melhor maneira. A intervenção se faz necessária na presunção de que beneficiará as pessoas de uma maneira geral.

Essa é a *lógica* da intervenção.

A intervenção, portanto, é um ato autoritário. Implica reconhecer que as pessoas não devem ser livres para escolher, que precisam da tutela de um chefe, do Estado, que sabe o que é melhor para o cidadão. O intervencionismo obriga a que haja a submissão do indivíduo ao Estado. Esse é o seu equívoco básico. O liberalismo (o prefixo neo é desnecessário), ao contrário, defende o Estado de Direito, ou seja, a submissão do Estado ao indivíduo e, no plano econômico, a soberania do consumidor.

Ocorre, entretanto, que os resultados da intervenção nunca são os desejados, nem mesmo os desejados pelo próprio interventor, uma vez que a intervenção beneficia apenas algumas pessoas ou alguns grupos, ou mesmo um grande número de pessoas a curto prazo, mas, invariavelmente, produz consequências desagradáveis para a grande maioria das pessoas a longo prazo.

Os benefícios, por estarem concentrados em algumas pessoas ou em alguns grupos, ou por estarem concentrados no curto prazo, são bem percebidos, são anunciados e exaltados. Os malefícios, por estarem difusos entre o grande número e a longo prazo, não chegam a ser percebidos.

Esse fato — de os benefícios serem bem percebidos e os malefícios não — gera entre intervencionistas, ao constatarem que os resultados desejados não foram atingidos, uma certa perplexidade, que os leva a buscarem falsos culpados para as mazelas que foram provocadas pela própria intervenção.

A culpa da nossa pobreza passa a ser atribuída ao FMI — e rompe-se com o Fundo; à dívida externa — e decreta-se a moratória; à ganância dos empresários — e congelam-se os preços; às multinacionais — e alguns países chegam a expulsá-las de seu território; à falta de leis que estabeleçam maiores direitos para os trabalhadores — e novas leis estabelecendo o que se convencionou chamar de “conquistas sociais” são promulgadas.

Mas, apesar de tudo isso, as mazelas persistem. Para combatê-las, novas intervenções são propostas; as intervenções anteriores são consideradas tímidas ou na direção errada. É preciso intervir mais ou de forma diferente. E o processo continua.

A novidade agora, revelada pela voz autorizada de alguns candidatos a presidente e de suas respectivas assessorias, é a “descoberta” de que é preciso “desprivatizar o Estado”.

Nessa nova visão heterodoxa o Estado seria a vítima da qual se aproveitaram alguns grupos empresariais através de vantagens e subsídios. Em sua perplexidade essas pessoas acham que o mal da intervenção reside no fato de alguns grupos terem se aproveitado dela. Condenam o uso que se faz da intervenção e não a intervenção em si. Ora, é até compreensível que alguns grupos se aproveitem de privilégios quando esses são con-

cedidos pelo Estado. O que não se compreende é que o Estado — todo-poderoso — conceda privilégios! Se o fizer sempre haverá quem os desfrute. E certamente não serão os mais probos.

Os empresários beneficiados pela intervenção não o foram na condição de empresários mas na condição de amigos do rei. O privilégio, evidentemente, não pode ser para todos. Não fora a intervenção — tenha ela sido feita em nome do povo ou do interesse nacional ou do bem comum, pouco importa — e esses empresários há muito já teriam deixado de sê-lo por não serem capazes de competir numa economia de mercado. E não são apenas esses “empresários” que se beneficiam da intervenção. São também beneficiados, imerecidamente, os funcionários do Banco do Brasil que só podem ter o nível salarial de que desfrutam pelos privilégios que o Estado concede ao Banco do Brasil; são beneficiados os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação ao terem suas dívidas “perdoadas” em detrimento da poupança compulsória feita por todos os trabalhadores; são beneficiados os funcionários das estatais que têm salários mais elevados graças ao monopólio estatal à custa dos usuários de combustíveis, eletricidade e comunicações, que são a população como um todo; a lista é longa...

A proposta de desprivatizar o Estado é em si mesma um paradoxo, pois não é possível desprivatizar os privilégios concedidos pelo Estado. Todas as intervenções beneficiam *sempre*, em última análise, uma pessoa privada, em detrimento da grande maioria da sociedade. Na melhor das hipóteses, consiste apenas em mudar o grupo de privilegiadas, e não em mudar o perverso processo que tanto mal tem feito ao nosso país.

É incrível como essas pessoas — os políticos e os economistas que vêm repetindo essa tolice — se satisfazem com esse mero jogo de palavras; se satisfazem com a retórica superficial, se contentam em alardear uma sensibilidade para com os mais carentes, sem procurar questionar as causas, que têm impedido que se diminua e até mesmo se erradique a miséria e a pobreza desses enormes contingentes humanos.

Somos, lamentavelmente, uma nação do Terceiro Mundo em virtude da absurda intervenção do Estado em nossas vidas e não do fato de alguns grupos dela se aproveitarem. O privilegiado é consequência; o privilégio é causa. Não se podem evitar as consequências quando se aceitam as causas!

O subdesenvolvimento que nos assola e que tanto desconforto provoca só será superado quando percebermos que a democracia é necessária mas não é suficiente; quando compreendermos que o privilégio é iníquo e imoral mesmo quando concedido pela maioria democrática e inserido na Constituição; quando o Estado for impedido, por um Banco Central independente, de expandir os meios de pagamento, acabando com a inflação; quando o déficit público for proibido, impedindo que o governo possa gastar mais do que arrecada; quando houver liberdade cambial impossibilitando que haja uma dívida externa como a que temos hoje; quando houver liberdade de entrada no mercado para produzir os bens e serviços que os consumidores desejam, o que obrigaria as empresas estatais a competirem no mercado, sem privilégios; quando o livre comércio internacional, a diminuição radical das tarifas e o fim das reservas de mercado possibilitarem o acesso a produtos melhores e mais baratos acabando com o injustificável privilégio dos oligopólios, cartéis e cartórios privados nacionais e multinacionais; quando a possibilidade de competição ensejar o investimento produtivo aumentando o nível tecnológico, a demanda por mão-de-obra e consequentemente os salários; quando enfim cada intervenção do Estado for questionada e substituída por regras estáveis que permitam aos indivíduos escolherem a melhor forma de empregar os seus recursos, sejam eles o seu capital, a sua criatividade, a sua força de vontade ou a sua capacidade de trabalho.

Quando isso ocorrer, seremos a nação livre e desenvolvida que todos desejamos.